

AUH 412

FACULDADE DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE  
SÃO PAULO

Cristiane Souza Gonçalves



**Metodologia para a Restauração  
Arquitetônica:**

**A Experiência do Serviço do Patrimônio  
Histórico e Artístico Nacional em São  
Paulo, 1937-1975**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo, para obtenção do grau de Mestre,  
sob orientação da Profa. Dra. Maria Lucia  
Bressan Pinheiro.

São Paulo, 2004

-33-

da mesa de comunhão que bem prova sua antiguidade.[...] Ver-se-á na foto da fachada a data de 1622. (Andrade, 1981, p. 82).

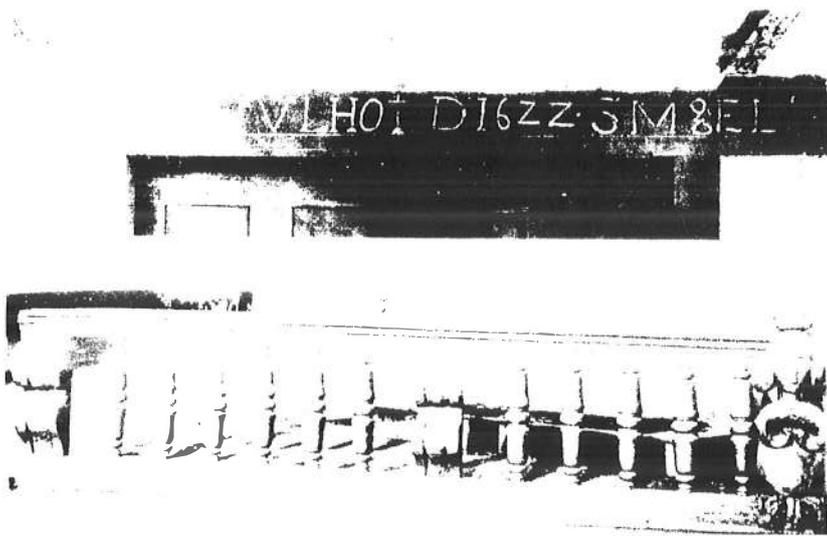


Fig. 22: A primeira foto enviada à diretoria buscava atestar a importância da edificação através do testemunho de sua antiguidade. Posteriormente, esta ilustraria o artigo de Lucio Costa sobre a arquitetura jesuítica no Brasil para o nº 5 da Revista do SPHAN. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

Por duas vezes citada, a questão da antiguidade da edificação iria alicerçar a idéia de seu tombamento. O fato de ser um exemplar do século XVII iria justificar sua inclusão no primeiro levantamento dos bens passíveis de inscrição no Livro do Tombo do SPHAN. Como desde o início alertava Mário de Andrade, “*não é possível esperar de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional*” (Andrade, 1981, p.80), e, portanto, o plano era levantar a planta esquemática de qualquer igreja que, “*feia ou bonita*”<sup>33</sup>, possuísse valor histórico. Tarefa nem sempre fácil, como atesta o relato de Mario de Andrade:

Cumpra também esclarecer que de alguns monumentos, especialmente os da capital de S. Paulo, não foi possível ainda tirar fotografias. Sacristães e outras pessoas competentes opõem recusas ora formais ora evasivas a esse trabalho, apesar das credenciais que apresento. É facilmente perceptível a desconfiança dessas pessoas, devida alguma rara vez à ignorância, e muitas vezes má vontade contra um Serviço que felizmente irá cercear os direitos de estrago e modificações defeituosas, de monumentos dignos de conservação. (Andrade, 1981, p.80)

<sup>33</sup> “Fizemos a miséria seiscentista de Voturuna de que sobra apenas a sacristia. [...] Depois fizemos Parnaíba, onde a igreja é importantíssima como construção, mas feia como o diabo. Não deu para fazer o plano, o engenheiro voltará lá. Não fotiei a igreja, mas já me arrependi. Feia ou bonita, acho que se devera fotar qualquer fachada de igreja que se pretende por qualquer motivo tomar. [...] Fotiei a horrenda porta por causa do estilo, um púlpito e um frontão interno churriguerescos, feios como três dias de chuva. Depois fomos a S. Miguel, mas o dia chuvoso impediu fotar por fora.” Andrade, 1981, p.77.

Se, não raro, o acesso aos testemunhos edificados era difícil, no caso da documentação, guardada nos arquivos da Cúria, a tarefa era exponencialmente árdua. No exemplo de São Miguel, é possível que as informações enviadas à diretoria do SPHAN, para a avaliação relativa ao tombamento, se baseassem em dados transmitidos pelo próprio vigário e em observações colhidas no local.<sup>34</sup>

No entanto, se o levantamento de fontes documentais coligidas ficou aquém da importância histórica da igreja - em função das já citadas dificuldades -, o extensivo registro fotográfico e arquitetônico, realizado preliminar e paralelamente às obras de restauração, é prova do alto valor que a edificação possuía, aos olhos dos técnicos do SPHAN.

Esta rica documentação produzida, nos permite recuperar dados fundamentais para a compreensão dos processos iniciais de trabalho do órgão recém criado de proteção do patrimônio cultural brasileiro e de sua atuação em território paulista, como veremos a seguir.

### **Descrição arquitetônica da edificação**

O núcleo mais antigo da Igreja de São Miguel Paulista foi construído em taipa de pilão, pelos paulistas Fernão Munhoz e Pe. João Álvares, e concluído, provavelmente, no ano de 1622, segundo informa Mário de Andrade no *Primeiro Relatório*.

Em fins do século XVIII, então sob a assistência dos frades franciscanos, teria sofrido sua primeira reforma mais expressiva, recebendo, sobre o corpo primitivo da nave, um alteamento em tijolos de adobe, realizado pelo frei Mariano da Conceição Veloso, “vindo de minas para parouquiar em S. Miguel”.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> A pasta referente ao processo de tombamento (no. 0180-T-38) foi localizada no Arquivo Central do IPHAN (Arquivo Noronha Santos/RJ), porém não há informações sobre a Igreja de São Miguel.

<sup>35</sup> Informações acerca do histórico da aldeia e da construção e reformas da Igreja de São Miguel extraídas do documento: “Histórico. Antecedentes e Utilização.” IPHAN. Arquivo Noronha Santos. RJ. Pasta de Inventário: CX. 635 Pasta 2448. Cf. Gonçalves, 2003, pp. 24-27.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, no entanto, a aldeia de São Miguel entraria em processo de estagnação e decadência, à medida em que exauria-se o ciclo das bandeiras e crescia o comércio de escravos africanos, permanecendo, a igreja, inalterada em seu aspecto.



Por volta de 1904 foram registrados pequenos reparos e a inserção de ferro na nave central. Em 1927, segundo o relatório de Mario de Andrade, teria sido executada a última reforma, na qual teriam sido reforçadas as bases erodidas de taipa e reexecutada a pintura interna.

Durante três séculos, a falta de recursos da paróquia tanto para realizar serviços mais extensos quanto para edificar um novo templo acabou contribuindo, em certa medida, para a preservação da capela de São Miguel, tal como foi encontrada pelos técnicos do SPHAN, apresentando, além da nave central e dos compartimentos, ao fundo, reservados à sacristia, um corredor lateral, à esquerda, uma capela lateral, à direita, e um alpendre frontal. (ver fig. 25).



Figs. 23 e 24: Vista lateral e alpendre frontal da igreja. Notar a elevação do corpo da nave e edificação contígua, aos fundos (fig. 23). Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

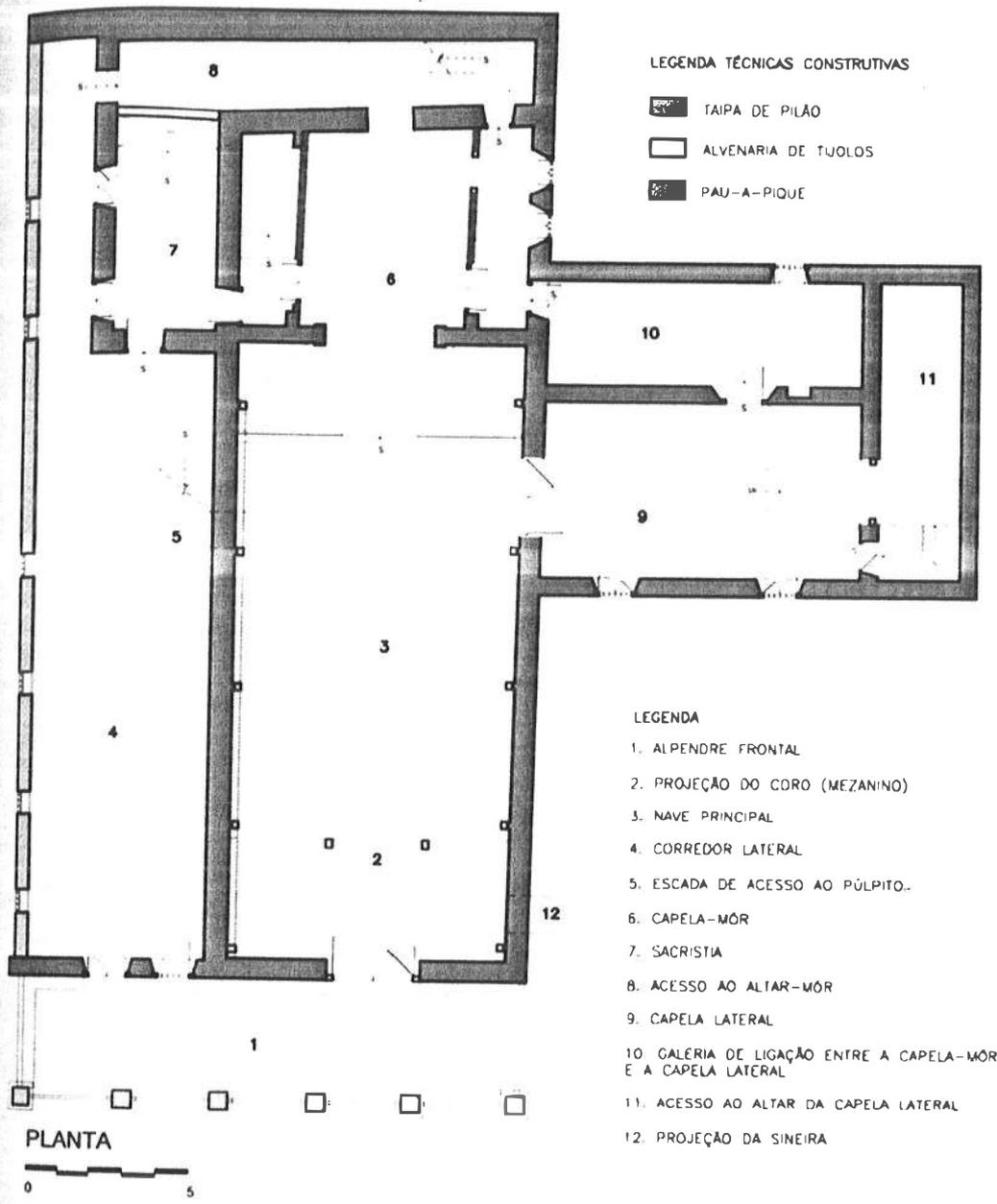


Fig.25: Planta da Igreja de São Miguel em 1939. Identificação e registro das técnicas construtivas e da situação anterior ao restauro realizado, pela autora, com base na iconografia, na documentação escrita, nos depoimentos recolhidos e nas observações *in loco*. A base em CAD foi gentilmente cedida pela Arq. Tania B. Miotto.

Na ausência de registros documentais precisos acerca da construção e de suas alterações, ao longo dos séculos, a leitura das técnicas construtivas seria fundamental para o entendimento do edifício. Se a pequena capela lateral era em taipa de pilão, indicativa de sua edificação em um primeiro momento; o mesmo não se podia dizer com relação ao corredor lateral e ao alpendre frontal, executados em alvenaria de tijolos, evidência possível de sua conclusão em um momento posterior.

As hipóteses acerca da época exata da construção destes agenciamentos e da configuração do núcleo mais antigo do templo, preliminarmente ao alteamento da nave, tomaram grande parte da atenção dispensada nos primeiros levantamentos e prospecções, como detalharemos a seguir, no item 4.1.1.

Dividida em duas etapas distintas (1ª fase: 1939/41 e 2ª fase: 1958/61), a primeira fase da obra contemplou desde procedimentos para consolidação estrutural da taipa até intervenções para recuperar a 'feição primitiva' do monumento, incluindo, aí, a colocação dos balaústres no corredor lateral, a remoção dos encamisamentos de tijolos, a retirada do forro em madeira da nave central, e a prospecção de pintura dos altares, realizadas pelo pintor Gonçalves Rebollo. Na segunda fase, a atenção se concentrou na área de entorno do bem tombado, com a elaboração de uma proposta de agenciamento paisagístico que promoveu a remoção das construções contíguas ao monumento.

Neste estudo, abordaremos a primeira fase da intervenção, onde se concentram as soluções de restauro propriamente ditas.

#### **4.1.1. ETAPA PRELIMINAR: PESQUISA HISTÓRICA, LEVANTAMENTOS E PROSPECÇÕES**

Por se tratar da primeira intervenção estudada, é necessário tecer algumas considerações acerca do roteiro preestabelecido para análise. Em primeiro lugar, vale lembrar que a sua divisão em etapas - preliminar e executiva -, foi determinada para que a avaliação dos quatro casos ocorresse de forma equilibrada, bem como para facilitar a comparação com as etapas de metodologia de projeto hoje estabelecidas (p.45). No entanto, ressaltamos que não há uma etapa preliminar claramente definida, e que estas ações acabaram ocorrendo, em todos os casos, inclusive em São Miguel, simultaneamente ao início dos procedimentos executivos. Após esta constatação importante, discorreremos sobre as atividades relativas a este primeiro aspecto - de investigações preliminares -, iniciando com as questões relativas às pesquisas históricas em torno do bem.

Novamente, destacamos a especificidade do caso da Igreja de São Miguel Paulista, um dos primeiros bens arquitetônicos selecionados, no Brasil, para inclusão no Livro de Tombo. Sem dúvida, sua antigüidade foi fator preponderante para a sua inscrição, com conseqüências diretas para o partido adotado e para as

opções tomadas durante a fase de obras. Ou seja, muito mais que seu valor enquanto obra de arte, sua importância como documento histórico é que deveria guiar as decisões fundamentais. Lembrando as palavras de Mário de Andrade, em seu *Primeiro Relatório* enviado à sede do SPHAN, no Rio de Janeiro:

**Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional.** As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão de Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. **Ou ruínas de quanto o progresso rastaqüera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura.** Se é certo que **sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade.** (Andrade, 1981, p.80. Grifo nosso).

Apesar do valor histórico da igreja - fator preponderante para sua preservação -, são visíveis as lacunas, na documentação hoje existente nos arquivos do IPHAN, relativas às pesquisas históricas e aos documentos autênticos que pudessem elucidar as questões referentes às etapas de construção e às alterações tipológicas sofridas pelo imóvel.

Entre os fatores que as justificam estão: a já citada dificuldade de acesso aos arquivos da Cúria - que, mais tarde, o 'Serviço' tenta suprir com a colaboração do beneditino D. Clemente da Silva Nigra -; a reduzida equipe da regional paulista, nessa ocasião ainda sem sede própria; e a ausência de pesquisas sistemáticas, anteriormente empreendidas, nas quais pudessem se basear.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> "...Tudo também ficou meio em desordem com as preocupações de montagem do escritório do SPHAN e da mudança. O escritório é na rua Marconi e o Luiz [Saia] partiu pra Cunha onde conta a ficar até segunda próxima. Aliás levou consigo o digno Zé Bento que afinal se resolveu pelo SPHAN e ficará conosco, é um alívio. [...] Quanto à pesquisa de artistas paulistas ou que aqui trabalharam provavelmente usarei o mesmo processo que emprego para meus fichários particulares, [...]. [...] Mais importante me parece regularizar os livros por ler, pra que as pesquisas daqui não coincidam com as daí, com perda de tempo. É fácil determinar que eu pesquise preliminarmente revistas e documentários paulistas como a Revista do Arquivo, a do nosso Instituto Histórico, as séries de 'Documentos Interessantes' ou 'Inventários'. [...] Princípiei pela Revista do Arquivo Municipal mas vou atacar concomitantemente os Inventários, as Atas da Câmara, a revista do Instituto, me descansando de uma leitura, noutra. Até segunda-feira cairei duro nesse trabalho...". O relato de Mário de Andrade é registrado na carta enviada ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, em março de 1941. (Andrade, 1981, pp. 132-133).

O trabalho de pesquisa que interessava ao SPHAN realizar era, então, pioneiro e recaía, sobretudo, na figura de Mario de Andrade que relata, em 1941, ao diretor, a 'penúria' dos primeiros levantamentos:

..., vi que punha grandes esperanças de colheita farta na minhas leituras dos Testamentos e Inventários. A coleção destes custou a ser requisitada, mas afinal chegou às minhas mãos. Enquanto não chegava andei procurando noutras fontes[...]. Ora, [...], fiquei desolado com a enorme penúria no rendimento deles. Um primeiro volume de quatrocentas páginas lidas nada rende, nem uma ficha sequer!....". (Andrade, 1981, p. 134)

Uma fonte iconográfica significativa é relativa à descoberta da aquarela de Thomas Ender - artista que percorreu as terras paulistas por volta de 1817-, retratando a igreja de São Miguel com uma torre, alpendre frontal com pilares de bases salientes, e corpo lateral com pequenas aberturas retangulares (**ver figs. 26 e 27**).

K-11-10-



Figs. 26 e 27: Reprodução geral e detalhe da aquarela de Thomas Ender retratando a Igreja de São Miguel. Fonte: *Viagem ao Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo nas Aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*, 2003.

Apesar da estranha proporção da cobertura do corpo lateral, do aparente deslocamento do alpendre frontal, além da presença de uma torre contígua à nave central - representações significativamente distintas da situação real encontrada -, acreditamos que esta imagem tenha sido o único documento iconográfico importante, de apoio às análises, descoberto pelos técnicos da regional<sup>37</sup>. No

<sup>37</sup> Apesar de citada na obra "Morada Paulista" (1995, p.17), de Luis Saia, originalmente publicada em 1972, não foram localizadas referências explícitas à aquarela de Ender, na documentação das Pastas Suspensas do IPHAN. Não é possível, portanto, afirmar com precisão, como, onde e quando a aquarela foi localizada, mas, segundo informações prestadas pelo arquiteto José Saia Neto, ela

entanto, como bem observou Luis Saia, deveria ser investigado com as devidas reservas, pois “*muitos desses desenhos e gravuras [eram] compostos na Europa, com base em indicações e notas colhidas in loco*” (Saia, 1995, p.19), o que parece ser o caso desta aquarela, dadas as imprecisões encontradas.

Na ausência de referenciais iconográficos e históricos seguros para empreender a reconstituição formal e recuperação de elementos ‘originais’ da edificação, recorreu-se, então, ao resgate dos registros orais<sup>38</sup> de antigos moradores, e à verificação através de investigações prospectivas. Este foi o caso, por exemplo, da solução proposta para o alpendre lateral, como se apreende da documentação enviada ao diretor, em 8 de janeiro de 1940:

**... segundo informes colhidos numa pesquisa que fiz entre velhos moradores de S. Miguel, toda a extensão deste alpendre lateral era fechado por uma grade de balaústres de seção quadrada colocados losangularmente. [...] Um dos informantes contou que nesta sala assim fechada funcionava a escola onde ele mesmo estudou quando criança... (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.023], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).**

É estranho, no entanto, que a imaginação do aquarelista tivesse criado, no início do século XIX, uma solução de fechamento com pequenos vãos retangulares tão semelhante àquela encontrada pelos técnicos, no final dos anos 30. Se a aquarela era do conhecimento dos técnicos, ter sido ignorada a informação iconográfica, nos faz buscar os motivos reais que teriam conduzido à idéia de retomada do gradil de madeira.



Figs. 28 e 29: Vista lateral e alpendre frontal sem a camada externa de revestimentos, evidenciando a técnica de alvenaria de tijolos. Observar ainda os balaústres em madeira nos vãos de janela. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

não só era do conhecimento do SPHAN, como serviu de base para as investigações de busca das fundações da torre sineira.

<sup>38</sup> Outro trecho da documentação enviada por L. Saia, à Diretoria do SPHAN, em junho de 1939, registra o procedimento: “(O actual forro, verifiquei agora, não só diretamente **mas também por informes**, que é recente e me parece chocar bastante com o restante da construção, sobretudo com as partes que são seguramente primitivas...”. (Saia, MTSP 8.3.1. [doc. 010], IPHAN 9ª SR.SP. Grifo nosso).

Mais uma vez, prospecções realizadas no local serviram de instrumento para fundamentar (ou não) a hipótese lançada. Um relato de Saia, encarregado de elaborar, em 1939, um orçamento detalhado para envio à diretoria, nos permite resgatar a seguinte informação:

Posteriormente estive na igreja esburacando algumas paredes e, pelo que vi até agora, pude constatar que **talvez não seja necessária a reconstrução da parede lateral esquerda**, pois apesar de parecer um tipo completamente esporádico, certos elementos de sua estrutura indicam que é a primitiva. Assim **o fato de ser executada com um tipo de tijolo antigo e, parece, não cosinhado, com ligação de terra**. (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.010], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).

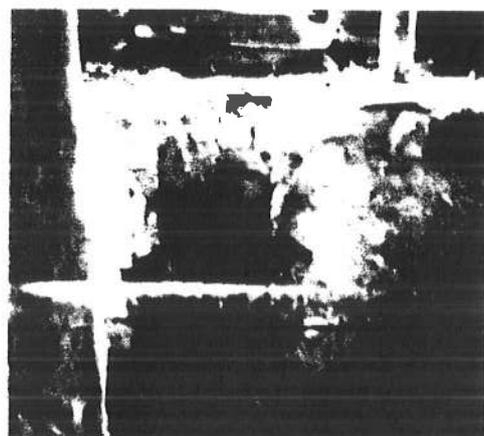
Dando continuidade às investigações prospectivas, Luis Saia revela, em carta de 8 de janeiro de 1940, encaminhada à diretoria do órgão:

Alpendre lateral – com a retirada da parede de tijolo [...] se verificou o seguinte [...]:

- a) a parede de tijolo estava apoiada sobre uma parede de taipa de 70 cms. de altura... (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.023], IPHAN 9ª SR/SP).

Entram, então, os relatos dos moradores que parecem vir ao encontro das hipóteses e do desejo de ‘reconstituir’ o gradil de peças diagonalmente dispostas, produto característico da mais autêntica tradição paulista. A partir deste momento, esta idéia conduzirá as pesquisas, ficando as informações da aquarela relegadas a um segundo plano.

Ainda que os relatos e os vestígios encontrados na base de taipa pudessem indicar a existência de apoios verticais (esteios) de madeira, anteriores ao fechamento em tijolos, não seria possível recuperar a forma tridimensional primitiva deste fechamento (ver **figs. 30 e 31**). Desse modo, a decisão acerca dos detalhes do desenho ficariam ‘a critério do Saia’, conforme atesta o bilhete de José de Souza Reis:



Figs. 30 e 31: A legenda da foto esclarece: “No pequeno muro de taipa foram encontrados vestígios dos primitivos esteios...”. Na foto superior, operário evidencia a altura da base de taipa do corredor lateral. Fonte: Caderno de Obra I São Miguel, IPHAN 9ª SR/SP.

A documentação prova bem a suposição da forma anterior do alpendre. Assim o retorno aos esteios de madeira de acordo com os vestígios, é o que me parece certo.

Quanto ao fechamento com grade de madeira até 30 cm abaixo do frechal, pode ter sido uma forma posterior que talvez não seja preciso restabelecer a não ser por outra razão de ordem prática ou de aspeto.

'deixar a critério do Saia'. (Reis, s/data, MTSP 8.3.1 [doc.028], IPHAN 9ª SR/SP)

Vemos, então, que se a idéia da retomada do gradil partiu do arquiteto Luis Saia, ela contou com o apoio da diretoria técnica do SPHAN. Este nos parece ser o início, **o embrião de uma noção fundamental que nortearia as intervenções paulistas: o redesenho de uma solução a partir do conhecimento das técnicas tradicionais paulistas.**

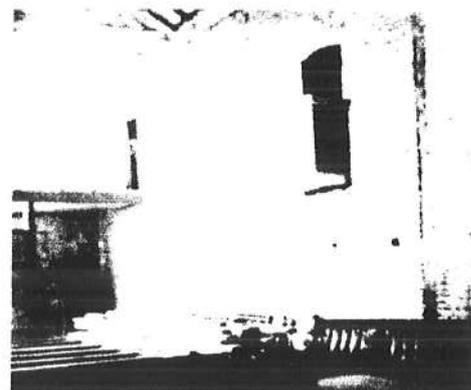
Como todo processo em formação, podem ser verificadas algumas contradições na aplicação do conceito de intervenção. Neste exemplo, a idéia de retomar a solução 'original' foi empregada parcialmente, a um elemento isolado - corredor lateral -, não se estendendo a todo o edifício - no caso, ao alpendre frontal. Conforme atestam as imagens, após a remoção dos revestimentos, verificou-se que tanto os pilares quanto os fechamentos laterais do alpendre frontal também eram em tijolos (ver fig. 29), evidência de sua construção em um momento posterior<sup>39</sup>. Ainda que fossem de um tipo de tijolo distinto do utilizado no fechamento do corredor, distinguiam-se, do mesmo modo, do núcleo original em taipa de pilão. Mesmo assim, ao alpendre frontal foi reservada uma ação de caráter mais conservativo, removendo-se apenas as bases salientes dos pilares e substituindo-se os gradis a meia altura por novos, também executados em madeira com peças diagonalmente dispostas.

No mesmo documento anteriormente comentado, de 8 de janeiro de 1940, verifica-se que as prospecções realizadas voltaram-se para as análises acerca da

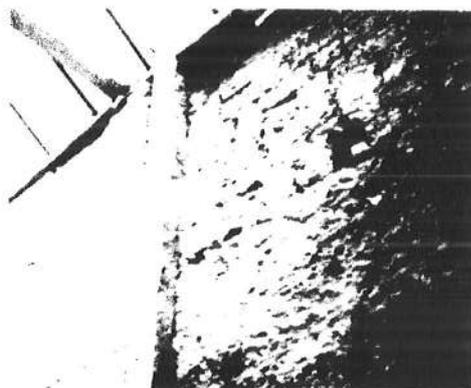
<sup>39</sup> Segundo Lemos (1989, p. 40), as primeiras notícias sobre o uso de tijolos cozidos, em São Paulo, datariam do início do século XVII. Documentos trazem ainda referências, em 1767, a "Índios oleiros que [Morgado de Mateus] estava enviando de São Miguel, nos arredores da cidade, a São Sebastião, para que ali fizessem telhas e tijolos destinados à fortificação daquela vila", o que seria um indício de que o uso do tijolo cozido, em São Miguel, poderia datar deste século, não sendo tão recente como de início teria julgado Saia.

configuração volumétrica primitiva do templo, sem que esta observação significasse a recuperação da hipótese lançada:

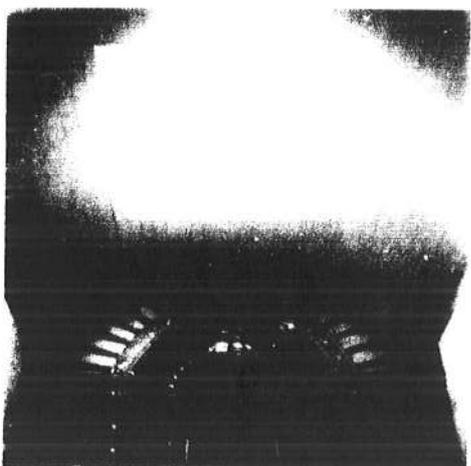
... Com o prosseguimento da retirada do revestimento e sobretudo da camisa de tijolo interna da nave, se verificou que anteriormente á actual construção houve aí uma outra igreja, provavelmente sem alpendre lateral, e cujas paredes foram aproveitadas no edificio actual. Essas paredes, de taipa, medem 4,20 ms de altura, as paredes mantêm actualmente uma altura de 6,50 ms; a diferença, 2,30ms, é de adôbe... (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.023], IPHAN 9ª SR/SP).



Apreende-se desta análise, um procedimento preliminar – que se tornará corrente nas obras da regional paulista – que tem como base a idéia de investigação da técnica construtiva existente: a remoção dos revestimentos e, neste caso particular, também dos encamisamentos de tijolos executados posteriormente.



A conclusão de que o telhado teria tido duas inclinações (ver **fig. 35**), indicada pelos vestígios na taipa da parede posterior, não significou a retomada desta solução, pois “... *modificar a inclinação actual do telhado (si bem que seria muito mais agradável um vasto pano, como é este, com duas inclinações[...]) seria modificar toda a estrutura introduzida com a elevação das paredes da nave, ...*” (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.024], IPHAN 9ª SR/SP). Do mesmo modo, o piso em varvito da nave central - solução do século XX - não foi retirado, apesar de prospecções terem revelado, sob este, o antigo piso atijolado.



O conflito entre as justificativas apresentadas para a manutenção de algumas soluções, em contraste com a decisão de remoção de outras - como, por exemplo, da estrutura relativa à clarabóia existente na capela-mór, considerada um agenciamento recente (ver **fig. 34**) - são indícios das contradições que permearam o

Figs. 32, 33 e 34: Nave central preliminarmente à retirada do encamisamento de tijolos e após trecho removido, evidenciando a linha de separação entre a taipa primitiva e os adobes. Na foto acima, a pequena clarabóia junto ao altar-mór, removida na intervenção. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

processo de execução, então desamparado por um julgamento prévio e preliminarmente estabelecido em um projeto de restauro, assunto que retomaremos a seguir.

Apesar do certo empirismo na prática dos procedimentos de prospecção - que o próprio depoimento de Luis Saia vem revelar (*"Posteriormente estive na igreja esburacando algumas paredes..."* MTSP 8.3.1 [doc.010], IPHAN 9ª SR/SP) -, estes são, na verdade, indicativos do cuidado que norteou a execução da obra, e que rendeu elogios de Lúcio Costa.<sup>40</sup> Este desvelo é visível também nos registros gráficos de levantamento da edificação, presentes no arquivo Noronha Santos.<sup>41</sup>

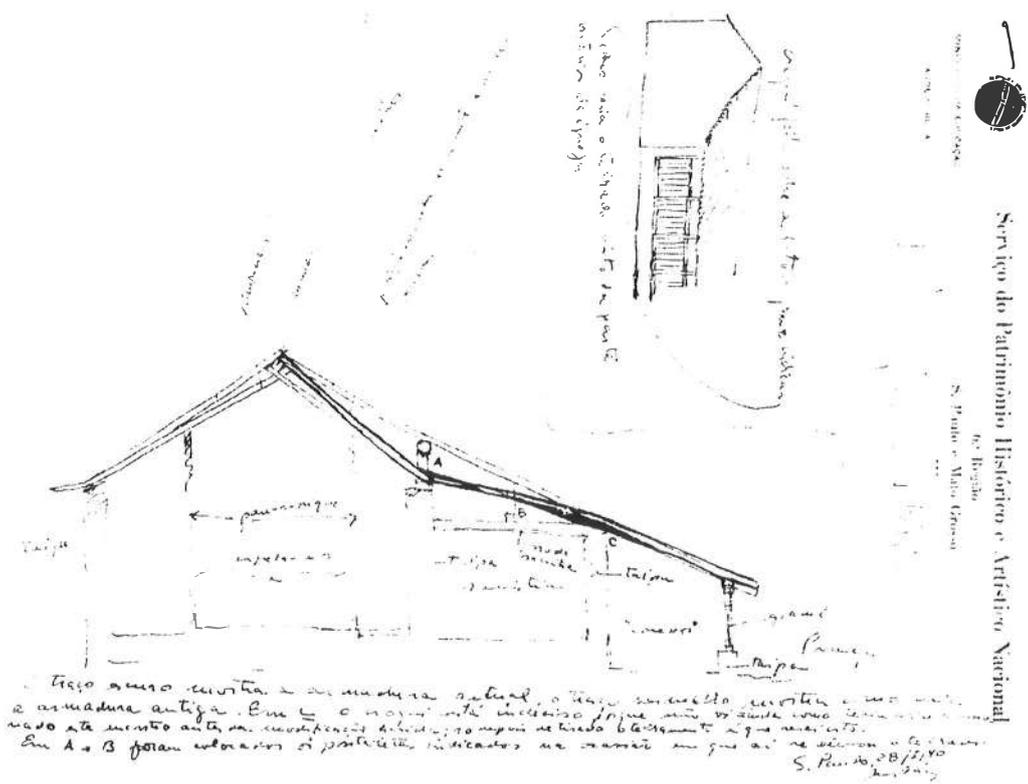


Fig. 35: Croquis de Luis Saia, ilustrativos da hipótese da solução primitiva da cobertura e do alpendre lateral. Fonte: MTSP 8.3.1. IPHAN 9ª SR/SP.

Mais uma vez ressaltamos, as ações realizadas, nesta obra pioneira, devem ser contextualizadas, para que se tenha uma medida mais real do esforço e do rigor nelas empreendido. Certamente, o empirismo dos métodos de trabalho – visíveis

<sup>40</sup> “- que ele Saia está agindo com muito critério - que a documentação está muito boa...”, como se vê no bilhete manuscrito de Lucio Costa, enviado à Luis Saia, na regional. (Costa, MTSP 8.3.1. [doc.029], IPHAN 9ª SR/SP).

<sup>41</sup> Dificuldades operacionais circunstanciais, por parte da direção do Arquivo Noronha Santos, delongaram a autorização para reprodução dos referidos registros gráficos, impossibilitando a sua apresentação no presente trabalho.

nas inacabadas pesquisas documentais, no apoio aos frágeis registros orais, e na ausência de técnicos e laboratórios preparados para atuar no campo das prospecções arqueológicas, arquitetônicas e pictóricas – é justificado pelas dificuldades iniciais, colocadas não só pelo pequeno número de funcionários, pelo montante das verbas, mas, sobretudo, pela falta de experiências anteriores nas quais pudessem se embasar. Enfim, tudo estava ainda por ser feito.

#### 4.1.2. ETAPA EXECUTIVA: PROJETO, PLANO DE OBRAS E PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

O estado de abandono em que se encontrava a edificação motivou a ação da *Directoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo* (D.O.P.) a realizar levantamento e elaborar orçamento para serviços de reparos na capela, datados de janeiro de 1939 (ver fig. 36).

Tendo tomado conhecimento da iniciativa da D.O.P., a então 6ª Região do SPHAN, através de seu assistente técnico, arquiteto Luis Saia, estabeleceu um contato e sugeriu uma colaboração entre os referidos órgãos para execução das obras. Saia, contudo, demonstrou preocupação ao avaliar o orçamento elaborado pelos técnicos da D.O.P., e assim se expressou, em carta encaminhada ao Diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, em fevereiro de 1939:

O levantamento feito não é completo, assim como o orçamento (verbalmente me informaram montar a 110:000\$000 (cento e dez mil contos de reis) talvez não corresponda ao rigor técnico exigida pelo SPHAN, pois **inclue a fatura de uma camisa de tijolo pela volta toda ao edificio, o que, segundo me parece, viria deformar completamente o caracter da construção de taipa.** .... (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.03]. IPHAN:9ºSR/SP. Grifo nosso).



Fig. 36 – Folha 01 do orçamento elaborado pela D.O.P. em janeiro de 1939, e assinado pelo Engº José da Silva Neves. Fonte IPHAN 9º SR/SP. Pasta Suspensa MTSP 8.3.1.

O orçamento apresentado propunha, além do encamisamento da taipa com alvenaria de tijolos assentada com argamassa de cal e areia, a execução de sapatas de alvenaria de tijolos dispostas sobre camada de concreto e substituição de frechal em madeira por cinta de concreto armado de 0,15 x 0,15(m) de seção para apoio do telhado.

Os técnicos da D.O.P. denotavam preocupação em relação à edificação histórica ao indicar que seriam adotadas, para os demais elementos - tais como cobertura e esquadrias - as mesmas técnicas utilizadas originalmente, e que seriam observadas e respeitadas as características dos elementos existentes. O orçamento incluía a execução de escada e patamar de acesso ao coro e púlpito, porém não detalhava a totalidade dos serviços propostos.

Foi solicitado, então, ao técnico Luis Saia, pela diretoria do SPHAN, que elaborasse um novo orçamento e um plano de obras. Este plano, no entanto, também era sucinto e não contemplava, de forma integral, as especificações técnicas para a reabilitação e conservação dos materiais, nem tampouco as soluções para as reintegrações formais e tipológicas que seriam realizadas, evidenciando a ausência de um projeto de restauro propriamente dito.

Como mostram os vários relatórios, cartas e depoimentos registrados na documentação do órgão, a idealização da proposta iria acontecendo simultaneamente ao desenvolvimento das obras, à medida em que os procedimentos preliminares já se iniciavam, entre os quais destacamos a remoção das camadas de revestimento. **Não houve, clara e integralmente desenvolvida, uma etapa de projeto.**

O croqui reproduzido (fig. 37) - apesar da intenção de representar a hipótese de situação primitiva - é um dos poucos elementos que formalizam graficamente a solução de intervenção proposta para o alpendre lateral e a manutenção das características do alpendre frontal:

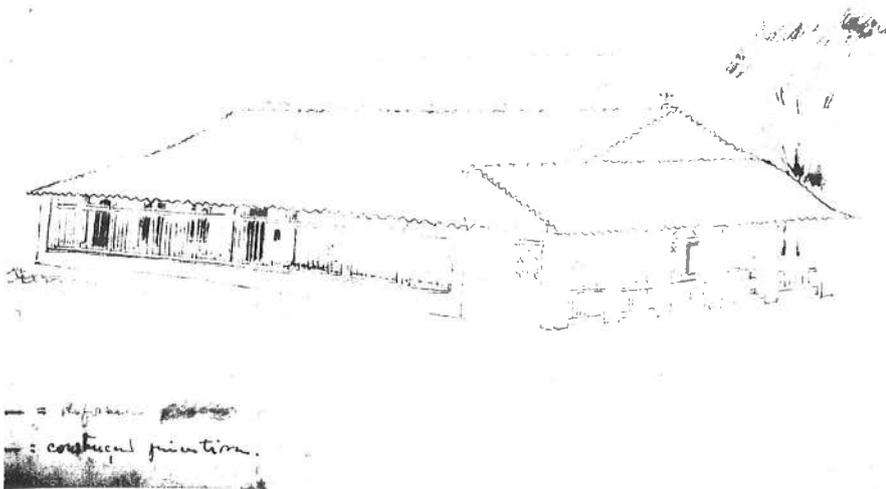


Fig. 37: Croquis de Luis Saia reproduzindo, em preto, a hipótese de configuração da capela primitiva, e destacando, em vermelho, o alteamento da nave. Na lateral, desenha o gradil proposto. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

O plano elaborado por Saia tomava como parâmetro as atividades previstas para a restauração da Igreja de Embú, e propunha, pela primeira vez, a execução de esqueleto em concreto armado para reforço das estruturas monolíticas de taipa, segundo expõe o arquiteto, em documento de 12 de julho de 1939:

O construtor indicado para as obras me informa que, uma vez iniciados os trabalhos nesta igreja assim que a primeira parte das obras de Embu tiveram definitivado o melhor processo a seguir e a necessária experiência para atacar os trabalhos com firmeza, todo o corpo lateral esquerdo (capela menor e dependências) poderá ser terminado até fim de Agosto.

[...] Antes do início das obras nesta capela de S. Miguel conto poder enviar a V.S. o necessário memorial descriptivo dos trabalhos e executar.

Orçamento relativo aos trabalhos a executar na capela de S. Miguel até fim de agosto de 1939:

- 1) Reforço da estrutura de taipa com esqueleto concreto armado [...]
- 2) Revestimento e pintura paredes [...]
- 3) Concerto piso de lages [...]
- 4) Piso novo (terra socada?) [...]
- 5) Telhado (armadura e telhamento) [...]
- 6) Forro [...]
- 7) Portas e janelas [...]. (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.09], IPHAN/9ª SR/SP. Grifo nosso)

Esta primeira medida é descrita e justificada pelo próprio Saia, quando detalha os procedimentos relativos à Embú - que, aliás, seriam uma referência a todo o trabalho a ser realizado em São Miguel:

**Reforço da estrutura do edifício. Sugiro que se encaixe na estrutura de taipa um verdadeiro esqueleto de concreto armado que constará de três vigas**

dispostas horizontalmente (15 x 15 cms) em três alturas; uma a 1 metro da base, outra na altura da base do pavimento superior e uma terceira na extremidade superior do pé-direito (esta com funcionamento especial e diréto de ajudar a sustentação da armadura do telhado, por meio de tacos); **um sistema de colunas colocadas nos pontos de encontro das paredes de taipa** (no caso de parede ter uma extensão livre de mais de 5 metros, se escolheria nela um ponto mais conveniente para aí localizar uma coluna) completaria o esqueleto, pois que estas colunas se casariam com as vigas horizontais em todos os pontos de encontro. (Saia, MTSP 8.3.1 [doc.03], IPHAN/9ª SR/SP. Grifo nosso)

Segue, ainda, no mesmo documento, explicando o modo como pretendia realizar esta técnica:

A colocação deste sistema poderá ser executada se abrindo, nos pontos de introdução, um rasgo que, depois de executada a viga ou coluna de concreto armado, deverá ser preenchido com taipa (croquis...). A sustentação das colunas pode ser conseguida com bases de concreto (croqui...).

Fig. 38: Croquis apresentado no Caderno de Obra I, de São Miguel, representando, em vista e corte, a solução de enchimento de concreto na taipa existente. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

E justifica, a seguir, as razões pela escolha do procedimento proposto:

A vantagem deste processo reside sobretudo no fato de não ser necessario com ele. deformação alguma no caracter da construção de taipa. **Reforço com camisas de tijolo deformam a parede de taipa, tirando dela o aspéto mais característico: a ausência de retidão, de superfície completamente plana.** (Ibid. Grifo nosso).

A intervenção pensada para a capela São Miguel, assim como no caso descrito em Embú, não é pequena. São propostas 16 colunas, sendo 7 duplas (de 15 x 15 cada

uma) e 9, simples, (de 20 x 20), além de 20 vigas em concreto, perfazendo um total de 228 metros de extensão.

Seguindo o plano traçado, viria a proposta de intervenção na cobertura, que, apesar de corresponder ao item 5 do referido esquema de obras preliminares, deveria, naturalmente, preceder as demais medidas de recuperação dos elementos internos.

Dividida em “armadura e telhamento”, seguindo as diretrizes de Embú, a restauração da cobertura da capela seria executada em etapas, prevendo-se o aproveitamento das peças em bom estado de conservação. O entelhamento - caso fosse confirmada a necessidade de substituição integral - deveria ser recomposto com peças de idênticas dimensões e posicionamento.

**Gelsomino Saia**  
 - SERVIÇO RESTAURAÇÃO IGREJA DE SÃO MIGUEL  
 Rua 13 de Maio, 35 - Tel. 527  
 S. CARLOS.

DESCRIMINAÇÃO	Quantidade	Preço	Importância
Ps. 1 Telhado			45:510\$000
Ps. 2-3-4 Revestimento			17:425\$400
Ps. 5 Colunas Vigas Concreto			7:452\$700
Ps. 6 Concerto das paredes e Fechamento Janelas - Vãos abertos			9:211\$100
Ps. 7 Porro			2:811\$700
Ps. 7 Soalho			1:561\$100
Ps. 7 Escadas			554\$000
Ps. 8 Parede com Grade Varanda lateral			4:562\$000
Ps. 9 Serviço Esquadria			3:987\$500
Ps. 10 Pisos e calçadas			5:486\$800
Ps. 11 e 12- Diversos Serviços			7:474\$000
Ps. 13 a 19- Serviço Pintura			13:448\$800
			<b>119:265\$900</b>
Porcentagem s/ a mão de obra 48:250\$000, para IAPI-acidentes trabalho e pericia - 12%			5:802\$100
Administração de 8% s/ 119:265\$900			9:541\$700
			<b>129:509\$300</b>
Imposto de 1 1/4 s/ 129:509\$300			1:820\$200
			<b>131:329\$500</b>

Fig. 39 – Folha do orçamento elaborado pela regional do SPHAN. O “construtor indicado” é Gelsomino Saia, irmão do arquiteto Luis Saia. Fonte: MTSP 8.3.1. IPHAN 9ª SR/SP.

Estes dois primeiros itens - reforço da estrutura e recuperação da cobertura - seriam os mais fundamentais e urgentes, uma vez que garantiriam a futura conservação da capela como um todo, ou como descreve Saia, em 1939, a propósito ainda da restauração de Embú:

Uma vez executados os serviços acima indicados, e estando, portanto o edifício resguardado, então se fará o restante que, embora não sendo o mais tecnicamente difícil, é, sem dúvida, aquele que apresenta os problemas de solução mais delicada, num serviço de restauração. (Ibid.)

A seguir, as considerações preliminares de Saia, com relação ao revestimento e pintura das paredes, piso, forro e esquadrias de São Miguel, em carta à Rodrigo M. F. de Andrade, de 3 de junho de 1939:

... O piso da nave está revestido com lajes, assim como a volta toda do edifício. **Este serviço é recente e a sua conservação me parece digna de estudo:** além de funcionar preservando a base das paredes externas de humidade, julgo ser uma solução aceitável para o problema da calçada circundante, necessária. **Algumas portas e janelas são recentes e devem ser substituídas, assim como o gradil do alpendre;** no orçamento se incluiu a refatura de algumas portas e janelas e concerto de outras. [...] O revestimento e pintura das paredes é serviço inevitável. O forramento poderá aproveitar muitas peças daquele existente, me parece, e o seu cálculo no orçamento dependerá de confirmação posterior. ... (Saia, MTSP 8.3.1., IPHAN 9°SR/SP. Grifo nosso).

Como se observa, aos elementos considerados de fatura recente - tais como esquadrias e balaústres em madeira - era prevista a substituição com posterior reconstituição do suposto feitiço original, tal como preconizado pela D.O.P. Por outro lado, como já foi destacado, o piso de 'lages', apesar de não configurar uma solução original, é indicado como elemento a se conservar, pelo seu aspecto não conflitante com o existente e por sua funcionalidade.

Têm início, como se vê, nesta fase de elaboração do plano de obras, o surgimento de questões importantes relativas ao conceito geral do projeto de restauro que iria se empreender. Porém, ainda não há, neste momento, uma clareza a respeito dos parâmetros a seguir, e nem uma metodologia de projeto preestabelecida.

Por outro lado, a preocupação em documentar o andamento da obra para tornar possível o acompanhamento, à distância, pelos técnicos da diretoria, reflete-se na abundância de registros escritos e fotográficos presentes nos arquivos da instituição.

A análise desta documentação permite, hoje, que se reconstitua, aos poucos, a obra empreendida, em sua quase totalidade, e, conseqüentemente, que se reavaliem os procedimentos e os conceitos que nortearam uma das pioneiras obras de restauração realizadas pelo órgão oficial de defesa do patrimônio arquitetônico, em território brasileiro.

Além do cuidado em documentar as diversas fases da obra, percebe-se o entendimento de que muitas das questões preliminarmente colocadas, quando da elaboração do orçamento e do levantamento-métrico, só seriam suficientemente resolvidas durante a etapa executiva, através de procedimentos prospectivos um pouco mais aprofundados:

**Uma vez que não encontrei exemplo de restauração de edifício deste tipo, muita coisa terá sido calculada precariamente, como por exemplo, o custo de um metro cubico de taipa. Aliás, por causa mêsmo do genero de trabalho a executar não é possível a apresentação de um orçamento absolutamente rigoroso e detalhado. Muita parte da obra a executar só poderá ser perfeitamente caracterizada durante a fatura de outras. [...]. Mesmo a armadura do telhado, penso que, á medida que se for executando qualquer trabalho nela, deve ser colhida uma documentação completa, inclusive fotos dos minimos detalhes. Ainda no caso do telhado, o trabalho a executar em certos pontos é impossível de determinar com antecedencia, pois o seu estudo requer a retirada do forro ou do telhamento. Um outro detalhe que ilustra bem esta contingencia é o do revestimento: sem duvida nenhuma o revestimento actual deve ser demolido completamente, e isto pode revelar vestigios de desaparecidas paredes. As portas e janelas tambem, me parece, devem passar pelo mesmo estudo quieto, particularizado e minucioso, antes de qualquer restauração ou substituição. (Saia, MTSP 8.3.1 03. IPHAN/9<sup>o</sup> SR/SP. Grifo nosso.).**

Vale registrar, ainda, o processo inicial de formação da equipe da regional paulista. Para a restauração das pinturas internas, por exemplo, foram chamados dois pintores – Vittorio Gobbis e Gonçalves Rebollo - para a elaboração de um orçamento específico. Em função dos altos custos, o restauro propriamente dito

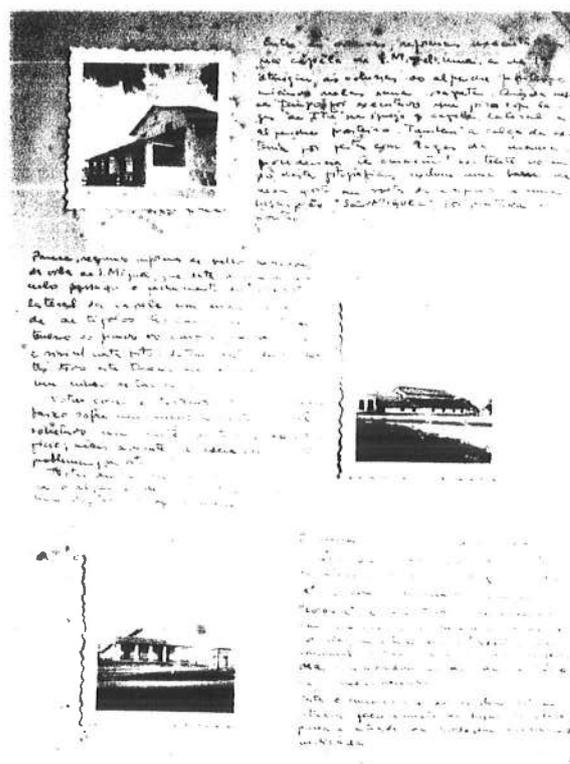
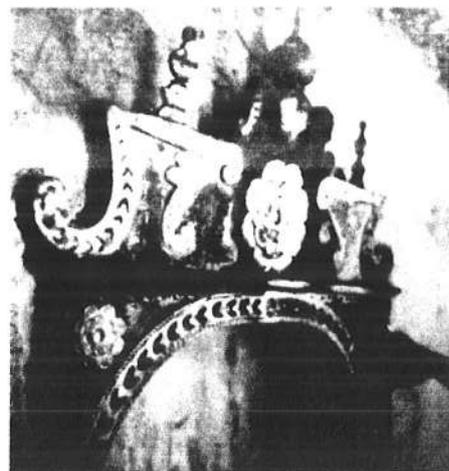


Fig. 40: Página inicial do primeiro Caderno de Obra de São Miguel: Observar as legendas explicativas, ao lado das fotografias. Fonte: IPHAN 9<sup>o</sup> SR/SP.

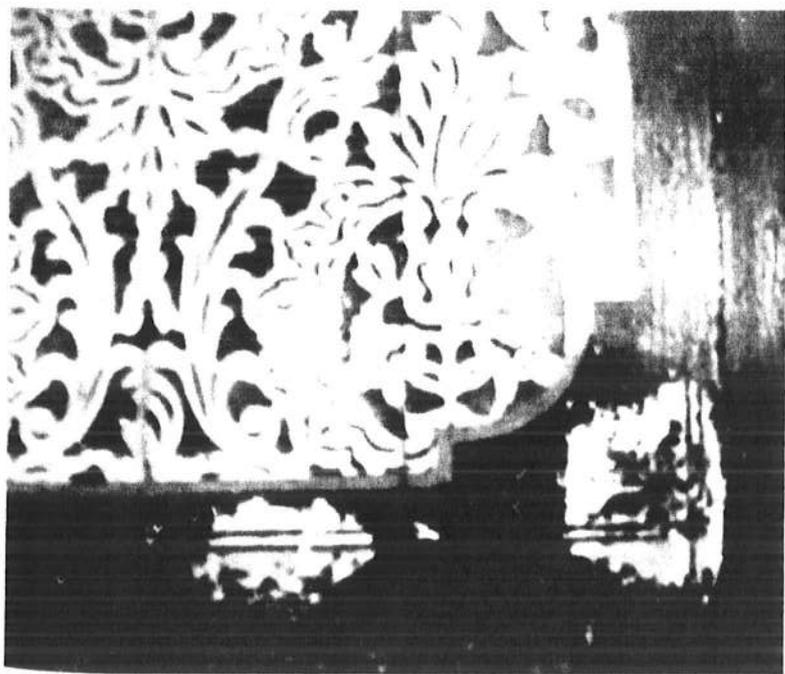
acabou não sendo realizado, tendo sido feitas apenas as prospecções pelo artista Rebollo. Outro profissional que colaboraria neste e em futuros trabalhos da regional paulista, foi o fotógrafo Herman H. Graeser, o 'Germano', responsável por grande parte dos registros fotográficos realizados em São Miguel.

A rotina do órgão - com suas regionais conectadas, ou submetidas a uma direção central - acabou por configurar um modelo de procedimento que incluía, entre outros, o envio de informações periódicas e sistematizadas - em forma de relatórios, cartas, desenhos e registros fotográficos - à Diretoria do Serviço, de forma que os técnicos, à distância, pudessem ter uma noção bem realista da situação do imóvel, bem como das soluções adotadas *in loco*.

Mas os meandros burocráticos não seriam suficientes para proporcionar este vasto e preciso material, e, sim, e fundamentalmente, a necessidade do diálogo, fruto do relativo isolamento da regional paulista e da preocupação, de Luis Saia, em realizar uma intervenção equivalente à importância dos bens arquitetônicos mapeados.



Figs. 41 e 42: Detalhes da prospecção de pintura realizada por Gonçalves Rebollo, na Igreja de São Miguel, década de 40. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.



#### 4.1.3. DAS SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS E REINTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS

Sem dúvida, o crítico estado de conservação da capela como um todo e, principalmente, das estruturas monolíticas de taipa, demandava medidas emergenciais.

Porém, vale destacar que, apesar da preocupação de Luis Saia em não “deformar o caráter da construção de taipa”, ao propor a inserção de uma estrutura de concreto, estaria realizando uma intervenção de caráter muito mais irreversível do que o reforço em alvenaria de tijolos assentados com argamassa de cal, proposto inicialmente pela D.O.P. Além disso, também estaria inaugurando um procedimento de intervenção em edificações que seria amplamente utilizado pelo SPHAN, não só nas obras realizadas pela regional paulista, como também em outras regiões do país.<sup>42</sup>

Primeiramente, lembraremos algumas considerações a respeito da técnica construtiva da edificação, preliminarmente à intervenção. Como já foi dito, o núcleo original da edificação foi construído em taipa de pilão<sup>43</sup>, técnica muito difundida em São Paulo e tradicionalmente utilizada desde os primórdios da colonização até o séc. XIX.

A qualidade da taipa dependia de diversos fatores, entre os quais: a seleção da terra; a qualidade do apiloamento (compactação); e a proteção de sua superfície, seja por meio de recursos arquitetônicos (grandes beirais, por ex.), seja por meio da obrigatória camada de revestimento. Deste modo se garantiria a proteção da taipa contra seu principal agente de degradação: a ação da água e da umidade.

<sup>42</sup> Segundo o arquiteto José Saia Neto (IPHAN 9ª SR), esta técnica teria sido utilizada pela primeira vez em São Paulo: “A primeira vez que ela é usada é São Paulo. É Embu e São Miguel. É uma questão de concepção. Depois essa concepção, certamente, ela é [...] muito discutida com o Joaquim Cardoso, aí o Joaquim Cardoso começa a sistematizar isso em Minas Gerais.” Entrevista concedida à autora em 25/02/03.

<sup>43</sup> Este sistema consiste no apiloamento de camadas sucessivas de terra, dentro de uma forma, geralmente de madeira e de dimensões variáveis, denominada taipal. Cf. Schmidt, 1946; Fernández, 1995, pp.5-24.

Os problemas detectados em São Miguel, longe de serem uma exceção à regra, referiam-se justamente às infiltrações provocadas por danos no entelhamento e à ausência parcial da camada de revestimento. Vale ainda ressaltar o comprometimento das peças em madeira<sup>44</sup> - visível na documentação fotográfica de uma das paredes da capela lateral, e entendida, por Saia, como uma estrutura de reforço à taipa primitiva -, em função da presença de umidade e do ataque de insetos xilófagos. As medidas iniciais visariam a recuperação destas estruturas monolíticas de terra.

Luis Saia demonstrou preocupação com a possível deformação do “*caracter da construção de taipa*” através do encamisamento de tijolos proposto pela D.O.P., justificando, assim, sua proposta para a adoção de um sistema formado por vigas e pilares de concreto armado.

Na ausência de um projeto estrutural contendo o esquema proposto, ou mesmo de fotos que, de forma integral, evidenciassem as novas estruturas inseridas, e, por fim, frente à impossibilidade de realizar prospecções, torna-se difícil o resgate preciso desta intervenção de consolidação estrutural. Ou seja, do plano de obras proposto à real execução existe uma lacuna que não podemos, neste

<sup>44</sup> O *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (Corona & Lemos, 1972, pp. 437-439) não faz qualquer menção a peças de madeira - horizontal, vertical ou diagonalmente dispostas - como parte integrante desta técnica construtiva. A publicação *Alvenaria e Cantaria* (p. 96) refere-se à inserção de “...um pequeno esqueleto de madeira interiormente, pelo menos parcial, se as paredes atingem uma altura considerável” para reforço da taipa. Ávila (1996, p.87), por sua vez, assim define o verbete “taipa de pilão”: “É o sistema em que as paredes são maciças, constituídas apenas de barro socado. Pode incluir em sua espessura reforços longitudinais de madeira.” O próprio arquiteto Luis Saia apresenta suas considerações em seu texto “*Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século*”, escrito em 1945: “A primeira diferença que distingue das posteriores as paredes de taipa mais antigas, [...], é a existência sistemática, nas construções mais velhas, de peças de madeira, situadas no interior das paredes, em sentido longitudinal, as intervalos que variam de 60 cm a 1 metro. Trata-se, por assim dizer, de uma verdadeira terra armada, onde eram previstas determinadas solicitações e executados os travamentos correspondentes.” (Saia, 1995, pp. 81-83). Esta descrição de peças “no interior das paredes” não se aplica, no entanto, ao caso de São Miguel onde o próprio Saia observa o encaixe superficial, nas faces externas da taipa (ver legenda fig. 46).



Figs. 44, 45 e 46 – Aspectos da parede externa da capela lateral. A legenda da foto acima, escrita por L. Saia, descreve: “A foto mostra um operário retirando o travamento de madeira. Notar com o encaixe deste era superficial...” Fonte: Caderno de Obra I São Miguel. IPHAN 9ª SR/SP.

momento, preencher. Podemos, no entanto, formular ao menos duas hipóteses prováveis, resultantes do cruzamento das informações constantes no plano de obras e dos dados obtidos por meio de entrevistas.

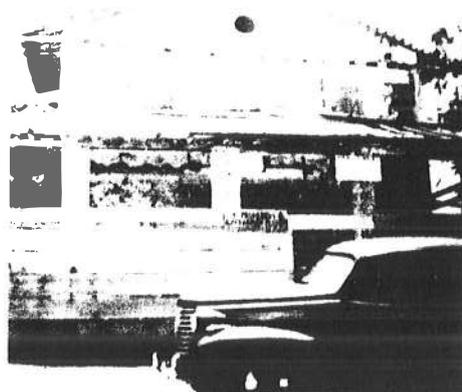
Em uma **primeira hipótese**, suporíamos que a intervenção realizada tenha introduzido uma nova estrutura de concreto, formada por vigas e pilares, através de rasgos executados na taipa, no encontro das paredes externas, conformando um sistema de estrutura independente, conforme previa o plano previamente elaborado.

Se, desse modo, segundo a análise de Saia, se impediria a deformação do aspecto plástico da edificação, por outro lado, a inserção de uma estrutura independente - executada através de um sistema de vigas e pilares de concreto armado - nas paredes monolíticas de taipa, geraria uma completa inversão da lógica estrutural da edificação - originalmente autoportante - inutilizando-se, do ponto de vista estrutural, a matéria da taipa, esvaziando-a de seu sentido mais fundamental.

Viollet-le-Duc, o primeiro teórico a indicar procedimentos relativos à ação de restauração, já posicionava-se ante ao perigo da alteração da lógica estrutural de um edifício:

Mas não deve ele [o arquiteto] levar em conta, então, a disposição dos pontos de apoio? Deve ele mudar as condições de equilíbrio? Se a tesoura de madeira a ser substituída carregava igualmente as paredes, não deveria ele buscar um sistema [...] que apresentasse essas mesmas vantagens? [...] Eis aí um ponto capital. (Viollet-le-Duc, 2000, pp 66-67)

Além da não desejada descaracterização, a alteração aleatória da lógica estrutural primitiva poderia gerar efeitos adversos, não previstos, podendo contribuir para sua desestabilização.



Figs. 47 e 48 – Inserção da estrutura em concreto. A verificação das tomadas fotográficas não permite determinar com precisão a extensão dos serviços realizados. Fonte: Caderno de Obra I São Miguel. IPHAN 9ª SR/SP.

Na **segunda hipótese** suporíamos que a estrutura em concreto teria sido introduzida somente nas lacunas deixadas após a remoção das peças verticais, horizontais ou diagonais, de madeira, que se encontrassem em avançado estado de deterioração (ver figs. 44, 45 e 46).

Neste caso - permanecendo os frechais em seu local de origem, ou seja, apoiados no topo das paredes de modo a distribuir os esforços da cobertura, ao longo de sua extensão - talvez, o novo sistema introduzido não alterasse a lógica estrutural primitiva. Difícil, então, entender as razões pela escolha do concreto em substituição à madeira que, serrada, se distinguiria da estrutura 'original', marcando a intervenção.

Concluimos, então, que o uso do concreto estaria conectado menos a uma necessidade, e mais a uma vontade de utilizar o novo material, ressaltando a 'modernidade' da intervenção, e provavelmente, fruto da influência das proposições modernas que viriam, em breve, tomar corpo, e que utilizariam, mais amplamente, o concreto tanto como recurso técnico, quanto como recurso formal. Vale registrar a ausência, em toda a documentação pesquisada, de qualquer questionamento ou crítica negativa, por parte da direção técnica, no Rio de Janeiro, o que vem revelar que esta solução parece ter tido a aceitação dos demais técnicos, e o que material seria considerado adequado, compatível e - talvez principalmente - moderno.

Com relação aos revestimentos, sabe-se que as argamassas a base de cal e o acabamento em pintura, também a cal, faziam parte intrínseca dos sistemas construtivos em terra; garantindo a proteção das superfícies externas contra seu principal agente de degradação - a água - e permitindo a evaporação da umidade presente no interior das paredes, resultado de infiltrações ou de umidade ascendente. Com o passar do tempo, e com o advento dos novos materiais, foi-se perdendo o conhecimento necessário para a utilização das argamassas a base de cal. Em seu lugar, as argamassas de cimento, por sua fácil aplicação, foram sendo incorporadas às construções contemporâneas, inclusive às obras de restauração. No entanto, a utilização de argamassas e rebocos de cimento em alvenarias antigas, em especial junto às taipas e aos adobes, pode gerar uma série de

patologias que estão na origem da aceleração dos processos de deterioração de inúmeros exemplares da arquitetura de terra.<sup>45</sup>

Segundo a análise da especialista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN 11ªSR/SC), Maria Isabel Corrêa Kanan, entre as principais alterações físico-químicas provocadas pelo uso do cimento em estruturas antigas de terra estariam:

- a dificuldade de evaporação da umidade, em função da baixa porosidade do material, ficando, esta, retida na parede ou provocando o descolamento das camadas de reboco (fruto da tensão entre o reboco e a parede);
- a diferença de resistência entre as novas argamassas de cimento em relação às antigas, podendo, na ocorrência de movimentos diferenciais, causar fissuras e trincas nas argamassas originais – uma vez que o stress provocado é transmitido às unidades ‘mais fracas’ (de menor resistência);
- a formação de sais solúveis, durante o processo de cura do cimento e/ou quando da penetração de água. Os sais solúveis migrariam para os materiais porosos adjacentes, causando sua deterioração;
- o elevado coeficiente de expansão térmica, que causa danos às unidades mais ‘fracas’ e antigas.

Na intervenção de restauro realizada pelo SPHAN, na década de 40, é possível que tenha se utilizado a cal, porém a inexistência de documentação da época detalhando as soluções, e os reparos e substituições posteriores realizados impossibilitam a determinação do tipo de argamassa executada. Apenas em registros do final da década de 70 ocorre a descrição da composição (“*cimento e areia*”) e do traço (“*1:4, ...aplicado sobre a taipa ligeiramente úmida*”) da argamassa a ser utilizada nos reparos de trechos que apresentavam descolamento parcial ou integral das camadas de revestimento.<sup>46</sup>

Porém, vale lembrar a inserção, descrita pelo próprio Luis Saia, de placas de cimento, nas bases da edificação, para proteção contra a umidade externa

<sup>45</sup> “...O cimento em grandes quantidades produz argamassas muito densas não compatíveis com edifícios históricos. Em pequenas quantidades também tem sido identificado seu efeito negativo nas argamassas de restauro a base de cal. Ao diminuir a porosidade da cal, resulta um material de menor durabilidade. ...” (Kanan, 1996).

(respingos de chuva); placas estas que, por seu alto grau de impermeabilidade, dificultavam a saída da umidade, acelerando o processo de desagregação das argamassas. Outros fatores a observar - ações a serem evitadas, segundo as recomendações dos centros especializados em arquitetura de terra<sup>47</sup> - referem-se à substituição de partes do edifício por materiais mais resistentes, podendo provocar fissuração por retração; e à impermeabilização do pavimento nas imediações, também dificultando a evaporação e favorecendo a ação de respingamento na base dos muros.

#### 4.1.4. ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

O primeiro ponto que deve ser lembrado refere-se ao pioneirismo desta intervenção que, juntamente com Embú, iria inaugurar os processos de salvaguarda dos bens arquitetônicos paulistas pela regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isto ocorre no final da década de 30, quando os preceitos do primeiro documento formulado visando orientar as restaurações arquitetônicas - a Carta de Atenas, de 1931<sup>48</sup> - ainda estavam sendo assimilados.

Sob este ponto de vista, é esperada a constatação de contradições visíveis na obra realizada, principalmente no que se refere aos conceitos gerais da intervenção. Naquele momento, a ausência de experiências anteriores e a ainda recente constituição da restauração enquanto disciplina - e, portanto, ainda em processo de formulação dos métodos específicos de trabalho - justificam as incoerências detectadas na análise da solução de restauro proposta.

Um das primeiras questões que transparecem, na análise desta intervenção, é a leitura e, conseqüentemente, o tratamento do bem arquitetônico enquanto monumento isolado.

<sup>46</sup> Cf. Pasta Suspensa MTSP 8.6.1. Relatório de vistoria de 10 de junho de 1979. IPHAN 9ª SR/SP.

<sup>47</sup> Cf. CRATerre - EAG, GUILLAUD, Hubert. *La conservation du patrimoine architectural en terre*. 1994 ap. Fernández, *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>48</sup> Cf. IPHAN. 2000. pp. 13-19.

Vale a pena uma análise das fotografias realizadas durante os levantamentos preliminares. Em uma delas (ver fig. 21, p.51), vê-se o cruzeiro, fronteiro à edificação e que, apesar do contraste formal nítido, compunha com a igreja um pequeno conjunto. Podemos perceber, ainda, em outra tomada fotográfica da época, edificações que, contíguas ao edifício ou localizadas em seu entorno imediato, também, com este, conformavam um conjunto (ver fig. 23, p.55).

Se algumas destas residências seriam ou não tão antigas quanto o templo, ou se possuíam elementos ou técnicas construtivas de interesse de preservação, não é possível saber pois estas edificações situavam-se fora dos limites da investigação do SPHAN. Desta forma, sem que se procedessem a pesquisas, estudos ou levantamentos, os exemplares contíguos à capela foram demolidos, o mesmo ocorrendo com o antigo cruzeiro.

Mas a **remoção dos elementos considerados espúrios à primitiva configuração** não ocorre apenas no plano das proposições relativas ao entorno imediato. Este conceito é aplicado também formulações de intervenção no próprio edifício.



Fig. 49: Feição do monumento após a restauração. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

Por exemplo, lembremos o caso da remoção do fechamento em alvenaria de tijolos para a retomada do que, supostamente, teria sido a forma do alpendre lateral primitivo. Face aos frágeis dados coletados - registros orais de moradores e vestígios fragmentados da antiga solução - seria oportuno questionar se haveria a consciência de que se tratava, ali, de um redesenho de alpendre, uma vez que não

havia documentos suficientes que permitissem a completa restituição da feição primitiva. Ou seja, se era claro que se tratava de uma intervenção contemporânea no edifício cujo núcleo original datava do século XVII.

Acreditamos que esta seja uma das contradições que, hoje, poderíamos apontar, mas que, à época da realização da intervenção não era tão nítida: **a intenção de reintegrar o monumento a um dos seus momentos de origem, ou a um momento inicial, acabava impregnada pelos conceitos e também pelos novos materiais pensados a partir da lógica de produção contemporânea de arquitetura.**

Nesta mesma base, compreende-se a opção pelo uso das estruturas de concreto armado. A tão citada “ameaça de ruína” não é visível nas fotografias realizadas pela regional. É no mínimo intrigante, então, frente à aparente integridade estrutural da edificação, a extensão dos serviços propostos, através da inserção de esqueleto de concreto armado, refuncionalizando os muros de taipa e alterando sua matéria original. Esta escolha parece, então, ser fruto muito mais de um desejo de utilização deste novo material do que, propriamente, de uma necessidade real de ordem puramente técnica.

Outro ponto fundamental para a compreensão dos processos de trabalho, neste momento inaugural, dá-se com relação ao **modelos de referência**. Um dos canais de investigação e uma das fontes para as formulações esboçadas encontrava base nas pesquisas tipológicas que tinham início, por todo o Brasil. No caso de São Paulo, grande parte destas pesquisas e destas formulações iniciais concentravam-se em torno da tipologia da casa bandeirista.

Em relação à igreja de São Miguel, especificamente, as primeiras análises tipológicas empreendidas por Luis Saia, preliminarmente ao restauro, referem-se à leitura dos alpendres da edificação, registradas no artigo “*O alpendre nas capelas brasileiras*”, do terceiro número da revista do SPHAN (Saia, 1997, pp. 60-67).

Ao cotejar o exemplo da capela de São Miguel, com inúmeras tipologias de alpendre fronteiro e lateral, visava o autor, sobretudo, retificar a ‘tese’ de Gilberto Freire que situava a origem do alpendre nas casas-grandes nordestinas. O ensaio

começa citando exemplos das 'latadas nordestinas', cujas soluções foram verificadas em sua viagem pelo nordeste brasileiro, e chega até o exemplo de Salamanca, na Espanha (*"com alpendre de uma só água, apresentando dispositivos exatamente iguais à de São Miguel, ..."*). Saia, op. cit. p.67). Insinuando uma possível classificação, fragmenta a leitura do alpendre segundo os elementos: piso, pilares, guarda-corpo e cobertura. Estas pesquisas, se tivessem avançado, levantando, de forma sistemática, os diversos exemplares alpendrados de arquitetura religiosa brasileira, poderiam resultar em uma interessante e bem fundamentada análise tipológica. Porém, os poucos exemplares recolhidos, levaram a afirmações ainda pouco consistentes, tais como *"há relativa variedade de tipo de guarda-corpos"*, ou de confirmação duvidosa: *"os pilares são sistematicamente de alvenaria"* (Saia, op. cit., p. 64).

Outra direção importante das análises, já comentada, tratou da hipótese de existência de uma capela menor – embrião original do templo encontrado - e, por consequência, do possível aspecto primitivo da cobertura. Este núcleo, cujos vestígios materiais resumiam-se às paredes de taipa da nave, logo tomou forma tridimensional, assemelhando-se, tipologicamente, a um outro exemplar conhecido, como revela este trecho de carta enviada à Rodrigo M. F. de Andrade, em 8 de janeiro de 1940:

Posta esta preliminar hipótese de ter existido uma capela menor antes da actual, e cujas paredes foram aproveitadas nesta [...], **é bem possível que o plano da capela primitiva tenha sido igual ou do mesmo tipo da capela de Santo Angelo: com o telhado do alpendre lateral como prolongamento do da igreja (nave).** Vai foto desta igreja também.... (Saia, MTSP 8.3.1., IPHAN 9ª SR/SP).

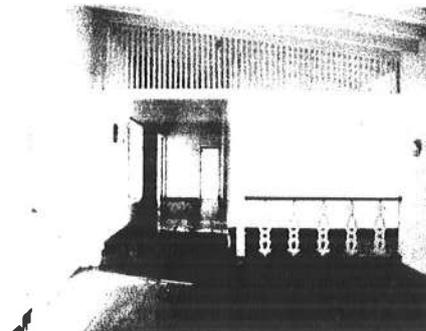
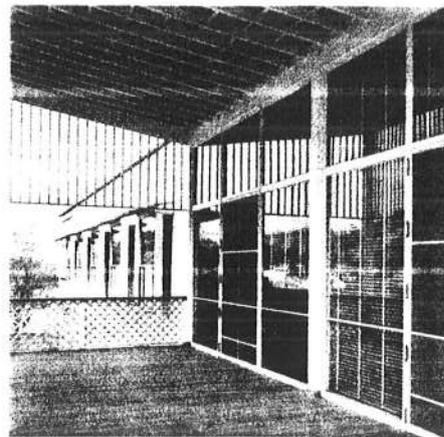
A constatação dos indícios da primitiva capela, no entanto, não se refletiu em uma suposição de que este exemplar, juntamente com os possíveis "modelos" listados no artigo, poderiam constituir, ao invés de tipologias básicas, produtos híbridos, resultado de alterações formais, ao longo do tempo, possivelmente gerando justificativas e resultados diversos dos encontrados nesta intervenção.

Por fim, interessa-nos, mais uma vez, registrar a participação de Lucio Costa; desta vez, sua erudição comparece nas análises que faz das obras dos jesuítas, em São Paulo:

... que não são sempre as obras academicamente perfeitas, dentre dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor plástico possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevistas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em planos artisticamente superior aos das obras muito bem comportadas, dentro da regra do 'estilo' e do bon ton, mas vazia de seiva criadora e de sentido plástico real. (Costa, "Histórico. Antecedentes e Utilização". Pasta de Inventário no. 2448, IPHAN, Arquivo Noronha Santos/RJ).

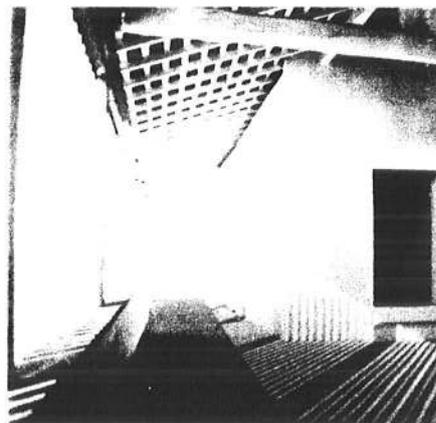
Da observação de Lúcio Costa, vale ressaltar o 'tempero modernista' das afirmações, ao enaltecer as "*as relações plásticas novas*" e o "*espírito de invenção*", e ao criticar as obras dentro do "*estilo*" mas esvaziadas de "*seiva criadora e de sentido plástico real*" – certamente uma referência às obras acadêmicas que, ao seguirem os padrões preestabelecidos, não conseguem uma expressão plástica significativa.

Certamente, a influência da escola moderna de arquitetura teve sua contribuição na feição final do monumento, após as obras de restauração: as superfícies mais lisas, lisas e brancas, caiadas, acentuando o contraste com as madeiras escuras; as superfícies vazadas; e a impressão de horizontalidade provocada pela continuidade do elemento vazado do alpendre lateral. A semelhança entre a capela de São Miguel e o projeto de Lucio Costa para uma residência em Petrópolis, em 1942, acentua os indícios de que havia uma conexão maior, interligando tanto os processos de produção contemporânea de arquitetura, quanto os recém inaugurados procedimentos de intervenção no patrimônio edificado: as soluções encontradas na arquitetura "colonial" brasileira.



Figs 50 e 51 (acima): Projeto de Lúcio Costa para a Residência Saavedra, Petrópolis, 1942. Fonte: Wisnik, 2002.

Figs. 52 e 53 (abaixo): Alpendre restaurado, sineira e elementos da cobertura pintados de branco. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP



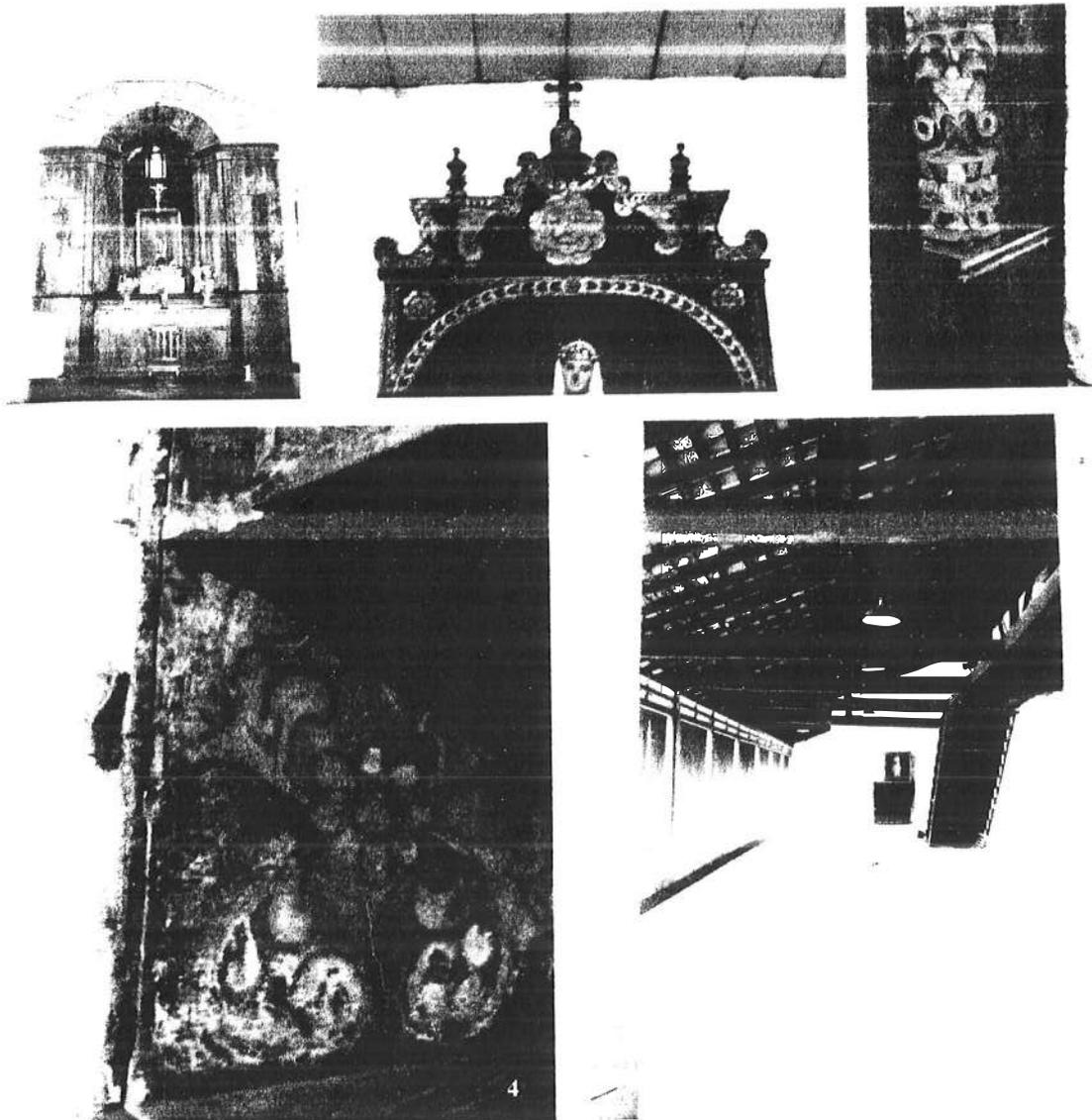


Fig. 54: Aspectos da Igreja de São Miguel. Fotos da autora, 2004.

1. Altar-mór
2. Altar da sacristia
3. Detalhe do entalhe - porta da capela lateral
4. Detalhe da pintura - nicho da sacristia
5. Passarela de acesso ao coro e elemento vazado do corredor lateral
6. Vista geral da Igreja de São Miguel